

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 22 a 29 de agosto de 2023
PROCESSO CRIMINAL | QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES | INCIDENTES |
CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº. PROCESSO: 0811004-45.2023.8.10.0000 Suscitante:
Juízo de Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados da
Comarca de São Luís/MA Suscitado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da
Comarca de São Luís/MA Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Procuradora: Drª. Selene Coelho Lacerda ACÓRDÃO Nº. _____
EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO.
ESTELIONATOS E OUTROS DELITOS PATRIMONIAIS PRATICADOS CONTRA CONSUMIDORES.
PELO MENOS 10 (DEZ) ENVOLVIDOS. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO COM DIVISÃO DE
TAREFAS BEM DEFINIDAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1.
Demonstrado de logo tratar, a espécie, pelo menos nesse momento, de crimes
praticados em contexto de organização criminosa, necessária a remessa ao
Juízo de Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados da
Comarca de São Luís/MA. 2. A denúncia dá conta de suposto esquema
fraudulento perpetrado pelos denunciados consistente na oferta e
comercialização enganosa de contratos simulados de consórcio, semelhante a
uma operação de financiamento ou uma carta de crédito contemplada,
mediante o pagamento pelo consumidor de uma quantia a título de entrada.
Após o pagamento desse valor inicial, os acriminados se apropriaram dos
recursos das vítimas não disponibilizando o bem pretendido objeto da
contratação, assim como não procederam efetivamente o cancelamento dos
contratos, mediante a devolução dos valores pagos. A associação que temos
aqui, está longe de se apresentar como eventual para cometer delitos (CP;
artigo 288), temos estabilidade, permanência, com estrutura organizada
pela divisão de tarefas e com escalonamento de funções para fins de
aplicação da Lei nº. 12850/2013 em contexto de Organização Criminosa.
Diversos processos em todo o Estado envolvendo a mesma conduta e
investigados. 3. Conflito conhecido e julgado improcedente, para declarar
competente, o Juízo suscitante (Juízo de Direito da Vara Especial
Colegiada dos Crimes Organizados da Comarca de São Luís/MA). ACÓRDÃO
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de
acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do
presente Conflito e julgá-lo improcedente, para declarar a competência do
Juízo de Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados da
Comarca de São Luís/MA para processar e julgar o feito, nos termos do voto
do Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os Senhores
Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Gervásio Protásio dos
Santos Júnior, Samuel Batista de Souza. Presidência do Excelentíssimo
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela
Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro. São Luis, 22 de agosto de 2023 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos
Anjos Relator (ConfJurisd 0811004-45.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador
(a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 31/08/2023)